



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

No recente Relatório de actividades do Comissariado contra a corrupção (CCAC) refere-se que vários serviços públicos violaram, publicamente, a lei, isto é, falsificaram o registo das horas extraordinárias para fraudar compensações, aproveitaram-se das lacunas da lei para, “cortando os serviços em várias peças”, procederem à sua adjudicação, delegaram, em privado, poderes e contrariaram a investigação do CCAC através do encobrimento intencional. Apesar da grave natureza dos problemas revelados, os governantes respectivos não foram sujeitos à efectivação de responsabilidades. Assim, a sociedade tem dúvidas quanto à forma como se aplica o regime de responsabilização dos governantes!

Os nossos governantes são, na sua maioria, proactivos e competentes e servem a população com todo o coração, no entanto, não podemos negar a actuação passiva de alguns, que “não fazem para não errar”, aliás, para além de não conseguirem fazer bem o seu trabalho, tal como revela o relatório do CCAC, até violam, publicamente, a lei. Há que dar sequência séria às situações de governantes que violam, conscientemente, a lei, expulsando-os, resolutamente, da equipa de funcionários públicos! Quanto aos governantes que, para já, são “viciosos”, se não se avançar com a efectivação das suas responsabilidades, como é que se convence o público? Como é que se assegura o prestígio da governação?

Ser governante significa beneficiar a sociedade. Seleccionar governantes dinâmicos, actuantes, com visão de futuro e reconhecidos pelo público, e eliminar os que cometem infracções à lei e infracções disciplinares, que abusam do poder, impenitentes, e que actuam a seu bel-prazer são tarefas importantes para resolver os problemas sociais, obter o reconhecimento da população e assegurar a dignidade da governação.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

IO-2017-04-18-Si Ka Lon (p) apn

1



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Quanto aos problemas referidos no relatório do CCAC, alguns serviços públicos erram, continuam a errar e erram até ao máximo, e outros há que cometem infracções e contrariam as investigações. A sociedade tem suspeitas acerca das razões que levam o Governo a descurar as situações de infracção à lei e de infracção disciplinar, e de, até agora, ainda não ter avançado com o regime de responsabilização dos governantes. Qual é o porquê de tudo isto? A Secretária vai prestar os devidos esclarecimentos?

2. O regime de avaliação do desempenho dos dirigentes e chefias já foi implementado há 4 anos, em 2013. Quais foram os resultados? O Governo pode disponibilizar-nos um relatório que inclua, especialmente, os serviços públicos onde existem problemas, conforme referido no relatório do CCAC?

3. Para inovar o regime de avaliação dos funcionários públicos, corrigir a preguiça e elevar a capacidade de execução, muitas regiões da China criaram o regime de “abate dos piores dirigentes”, com vista a excluir os que têm sempre más avaliações. O Governo deve aprender com as experiências das regiões vizinhas, e introduzir no regime de avaliação de desempenho dos dirigentes o regime de abate dos piores. Vai fazê-lo?

18 de Abril de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Si Ka Lon